



NOTA TÉCNICA CT Nº 05/2017

REFERÊNCIA: Processo ARPE nº 7200218-2/2017, de 10/05/2017

INTERESSADO: CONCESSIONÁRIA ROTA DOS COQUEIROS S/A

ASSUNTO: Reajuste das Tarifas de Pedágio da Ponte de Acesso e Sistema Viário da Praia do Paiva.

Recife, 17 de maio de 2017.

SUMÁRIO

- 1. OBJETIVO**
- 2. SOLICITAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**
- 3. LEGISLAÇÃO E OUTROS NORMATIVOS APLICÁVEIS**
- 4. REGRAS CONTRATUAIS PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO**
- 5. VALOR DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO E CATEGORIAS TARIFÁRIAS**
- 6. ANÁLISE DA ARPE**
 - 6.1. CÁLCULO DO REAJUSTE DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO**
 - 6.2. TARIFAS DE PEDÁGIO POR CATEGORIA DE VEÍCULOS**
- 7. CONCLUSÕES**

ANEXO A - DEMONSTRATIVO DO REAJUSTE DA TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO

1. OBJETIVO

Esta Nota Técnica objetiva registrar as análises realizadas pela ARPE referentes ao reajuste anual das tarifas de pedágio solicitado pela Concessionária Rota dos Coqueiros S. A. (CRC) no Sistema Viário da Praia do Paiva, conforme determinado no Contrato de Concessão.

2. SOLICITAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

A Concessionária Rota dos Coqueiros S. A. encaminhou ao Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPE), com cópia para esta Agência de Regulação, a Carta PC 029/2017, de 10/05/2017 que constituiu o **Processo ARPE 7200218-2/2017, de 10/05/2016**, solicitando **aprovação do reajuste da tarifa básica de pedágio**, a ser praticada pela CRC, responsável pela operacionalização da PPP Praia do Paiva, a partir de 14 de junho de 2017.

Os valores básicos atualizados para as tarifas de pedágio, de **R\$ 5,70** (cinco reais e setenta centavos) para os dias úteis (Período A) e de **R\$ 8,60** (oito reais e sessenta centavos) para os finais de semana (Período B) foram ajustados, de acordo com a CRC, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) do **período de novembro de 2005 a abril de 2017, no total de 91,13%** (noventa e um inteiros e treze décimos por cento).

3. LEGISLAÇÃO E OUTROS NORMATIVOS APLICÁVEIS

- **Lei Federal nº 11.079, de 30/12/2004 - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.**

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

- **Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001**, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.

- **Lei Estadual nº 12.765, de 27/01/2005, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.976, de 28/12/2005, nº 13.282, de 23/08/2007 e nº 14.339, de 29/06/2011 - Dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada.**

Art. 13 As cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:

.....

§ 1º Os contratos de Parceria Público-Privada deverão prever que, no caso de seu objeto reportar-se a setores regulados, as regras de desempenho das atividades e serviços deverão ficar submetidas àquelas determinadas pela agência reguladora competente, sempre que existente.

.....

Art. 16 A remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização combinada das seguintes alternativas:

I - tarifa cobrada dos usuários;

II – contraprestação da Administração Pública, que poderá ser feita por:

.....

§ 7º Compete às Secretarias, e à Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE, nas suas respectivas áreas de competência, o acompanhamento da execução e a fiscalização dos contratos de Parcerias Público-Privadas, bem como a avaliação dos resultados acordados.

.....

Art. 19. Fica criado o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE, vinculado ao Gabinete do Governador, Integrado pelos seguintes membros permanentes:

.....

§ 7º. Compete ao Comitê Gestor:

.....

V – fiscalizar e promover o acompanhamento da execução dos projetos de Parceria Público-Privada, sem prejuízo das competências correlatas das Secretarias de Estado e da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE;

- **Lei Estadual nº 12.524, de 30/12/2003, altera e consolida as disposições da Lei nº 12.126, de 12/12/2001, que criou a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.**

Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados, embora sujeitos à delegação, quer de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual.

.....

Art. 4º Compete ainda à ARPE:

I - fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas;

- **Contrato de Concessão Patrocinada CGPE-001/2006, firmado entre a Via Parque S/A (atual Concessionária Rota dos Coqueiros S/A) e o Estado de Pernambuco, datado de 28/12/2006, e alterações registradas no 3º Termo Aditivo, de 18/06/2012, em especial as Cláusulas 27 - Equilíbrio Econômico-Financeiro; 37 - Cobrança de Pedágio; 38 - Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio; e o Anexo VI - Estrutura Tarifária.**

4. REGRAS CONTRATUAIS PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO

De acordo com a Cláusula 37 - Cobrança de Pedágio, do Contrato de Concessão, a Concessionária Rota dos Coqueiros S. A. tem direito a cobrar a tarifa de pedágio na rodovia, observadas a equidade e a modicidade.

O reajuste das tarifas básicas de pedágio (TBP), previsto no Contrato de Concessão (Subitem 38.1), com periodicidade anual, tem por finalidade recuperar as perdas decorrentes da inflação, medida pelo IPCA/IBGE, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TBR = TB \times [1 + (IPCA_i - IPCA_0) / IPCA_0]$$

Onde:

TBR - é o valor da tarifa básica de pedágio reajustada;

TB - é o valor da tarifa básica de pedágio tendo como data base o mês de dezembro de 2005;

IPCA₀ - é o índice relativo ao mês anterior ao da data base, ou seja, novembro de 2005;

IPCA_i - é o índice relativo ao mês anterior ao da data de reajuste.

Ainda conforme o Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio serão arredondadas mediante a aplicação dos seguintes critérios (Subitem 3.1.2 do Anexo VI):

- a) Quando o algarismo na casa dos centavos for menor que 5 (cinco), substitui-se por 0 (zero);
- b) Quando o algarismo na casa dos centavos for igual ou superior a 5 (cinco), substitui-se por 0 (zero) e aumenta-se de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

A CRC poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, **sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das tarifas ou de reequilíbrio do Contrato** (Subitem 40.5 do Contrato de Concessão).

Além do reajuste, o Contrato prevê a **revisão da tarifa básica de pedágio** para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Concessionária e a retribuição dos usuários dos serviços, com a finalidade de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato (Subitem 38.3 do Contrato de Concessão).

É importante salientar que quaisquer alterações nas tarifas de pedágio aplicadas em cada momento deverão ser informadas aos usuários com **antecedência mínima de 15 (quinze) dias** (Subitem 37.5 do Contrato de Concessão).

5. VALOR DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO E CATEGORIAS TARIFÁRIAS

Conforme o Anexo VI do Edital de Concessão (Estrutura Tarifária), as tarifas básicas de pedágio a serem cobradas de cada veículo, em cada praça de pedágio foram estipuladas nos seguintes valores:

- a) R\$ **3,00 (três reais)** no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira; e
- b) R\$ **4,50 (quatro reais e cinquenta centavos)** no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo.

As tarifas de pedágio devem ser diferenciadas por categoria de veículos, em função dos desgastes físicos e dos custos de manutenção que acarretam à rodovia.

Dessa forma as tarifas de pedágio que serão cobradas de cada veículo são os resultados dos produtos da tarifa básica pelo fator multiplicador correspondente a cada categoria, conforme registrada no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Estrutura para Cálculo das Tarifas de Pedágio por Categoria

Categoria	Tipo de veículo	Nº de eixos	Rodagem	Multiplicador da tarifa
1	automóvel, caminhoneta, furgão	2	simples	1
2	caminhão leve, ônibus, caminhão e furgão	2	dupla	2
3	caminhão, caminhão com semirreboque e ônibus	3	dupla	3
4	caminhão com reboque, caminhão com semirreboque	4	dupla	4
5	caminhão com reboque, caminhão com semirreboque	5	dupla	5
6	caminhão com reboque, caminhão com semirreboque	6	dupla	6
7	automóvel ou caminhonete com semirreboque	3	simples	1,5
8	automóvel ou caminhonete com reboque	4	simples	2
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5

6. ANÁLISE DA ARPE

Na análise do pleito foram estritamente observadas as condições e os procedimentos estipulados no Contrato de Concessão para o reajuste das tarifas de pedágio.

Assim, realizou-se a verificação do cálculo das tarifas reajustadas para os períodos compreendidos entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira, e entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo, a serem cobradas de cada categoria de veículo.

6.1 CÁLCULO DO REAJUSTE DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO

Registra-se que o último reajuste das Tarifas Básicas de Pedágio foi homologado pela ARPE, mediante Resolução ARPE nº 109, publicada no Diário Oficial do Estado em 26 de maio de 2016, com vigência a partir de 14 de junho de 2016.

Os valores bases considerados para reajuste da TBP foram de R\$ 3,00 (três reais) e de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), correspondentes a dezembro de 2005, data base fixada no Anexo VI do Edital de Concessão (Estrutura Tarifária).

Para o cálculo do reajuste das tarifas básicas de pedágio, de acordo com a fórmula estabelecida no Contrato de Concessão (cláusula 38), foram utilizados os números índices do IPCA, obtidos no site do IBGE¹, de 2526,31 e de 4828,44 para os meses de novembro/2005 e abril/2017, respectivamente (v. Anexo A).

A variação percentual dos números índices do IPCA encontrada para o período foi de 91,13% (noventa e um inteiros e treze centésimos por cento) considerando nesta, a variação equivalente de **4,08% (quatro inteiros e oito centésimos por cento)** dos últimos 12 meses (abril/2016 a abril/2017), conforme demonstrada.

$$\text{TBR} = \text{TB} \times [1 + (4828,44 - 2526,31) / 2526,31]$$

$$\text{TBR} = \text{TB} \times [1 + 0,9113] = 1,9113$$

Dessa forma as Tarifas Básicas de Pedágio reajustadas serão:

- a) no período A: compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira:

$$\text{TBR} = \text{R\$ } 3,00 \times 1,9113$$

$$\text{TB}_R = \text{R\$ } 5,7339$$

- b) no período B: compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo:

$$\text{TBR} = \text{R\$ } 4,50 \times 1,9113$$

$$\text{TB}_R = \text{R\$ } 8,6008$$

¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201604_1.shtm>. Acesso em 13/05/2016.

Por fim, foram obtidas as tarifas arredondadas conforme Contrato, nos valores de:

- a) **R\$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos)**, no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira (Período A); e
- b) **R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos)**, no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo (Período B).

6.2 TARIFAS DE PEDÁGIO POR CATEGORIA DE VEÍCULOS

As tarifas de pedágio a serem cobradas por categoria de veículo estão indicadas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Tarifas de Pedágio por Categoria de Veículo

Cate- goria	Tipo de veículo	Nº de eixos	Rodagem	Multiplicador da tarifa	Valor da tarifa (R\$)	
					Período A	Período B
1	automóvel, caminhoneta, furgão	2	simples	1	5,70	8,60
2	caminhão leve, ônibus, caminhão e furgão	2	dupla	2	11,40	17,20
3	caminhão, caminhão c/ semirreboque e ônibus	3	dupla	3	17,10	25,80
4	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	4	dupla	4	22,80	34,40
5	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	5	dupla	5	28,50	43,00
6	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	6	dupla	6	34,20	51,60
7	automóvel ou caminhonete c/ semirreboque	3	simples	1,5	8,60	12,90
8	automóvel ou caminhonete c/ reboque	4	simples	2	11,40	17,20
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5	2,90	4,30

Após análise das tarifas reajustadas por período e categoria, constatou-se uma variação percentual compreendida entre 2,38% e 3,64%, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Variação Tarifária por Categoria de Veículo

Cate- goria	Tipo de veículo	Tarifa Anterior (R\$)		Tarifa Reajustada Arredondada (R\$)		Variação	
		Período A	Período B	Período A	Período B	Período A	Período B
1	automóvel, caminhoneta, furgão	5,50	8,30	5,70	8,60	3,64%	3,61%

Cate- goria	Tipo de veículo	Tarifa Anterior (R\$)		Tarifa Reajustada Arredondada (R\$)		Variação	
		Período A	Período B	Período A	Período B	Período A	Período B
2	caminhão leve, ônibus, caminhão e furgão	11,00	16,60	11,40	17,20	3,64%	3,61%
3	caminhão, caminhão c/ semirreboque e ônibus	16,50	24,90	17,10	25,80	3,64%	3,61%
4	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	22,00	33,20	22,80	34,40	3,64%	3,61%
5	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	27,50	41,50	28,50	43,00	3,64%	3,61%
6	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semirreboque	33,00	49,80	34,20	51,60	3,64%	3,61%
7	automóvel ou caminhonete c/ semirreboque	8,30	12,50	8,60	12,90	3,61%	3,20%
8	automóvel ou caminhonete c/ reboque	11,00	16,60	11,40	17,20	3,64%	3,61%
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2,80	4,20	2,90	4,30	3,57%	2,38%

7. CONCLUSÕES

Diante do exposto, e considerando que é da competência da ARPE a regulação econômico-financeira do referido Contrato de Concessão, conclui-se pela aplicação do índice equivalente a **4,08% (quatro inteiros e oito centésimos por cento)** para o reajuste anual das Tarifas Básicas de Pedágio, que resulta nos seguintes valores:

- a) **R\$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos)** no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira (Período A);
- b) **R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos)** no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo (Período B).

Ressalta-se que as tarifas de pedágio reajustadas deverão ser cobradas após 15 (quinze) dias contados da data de publicação da Resolução da ARPE no Diário Oficial do Estado, conforme o Subitem 37.5 da Cláusula 37 do Contrato de Concessão.

Dessa forma, em obediência ao princípio da anualidade estabelecido pela Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, as tarifas de pedágio resultantes da aplicação do presente reajuste deverão vigorar a partir de **14 de junho de 2017**.

Visando à redução da assimetria de informações entre os envolvidos, sugere-se ao Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, que mantenha o envio de cópia dos Relatórios elaborados pelo Verificador Independente, considerando o disposto no art. 19 da Lei Estadual nº 12.765/2005, bem como nas Cláusulas 31 e 32 do Contrato de Concessão.

Recife, 17 de maio de 2017.

Maria das Graças Reis Rodrigues da Silva
Técnica Reguladora, matrícula 17-5

Karine Alessandra da Silva Medeiros
Técnica Reguladora, matrícula 250-0

Tatiana Toraci Gois
Analista de Regulação, matrícula 294-1

Sheila Messias da Silva
Analista de Regulação, matrícula 299-2

Ciente e de acordo.

Recife, ____ de maio de 2017.

Ricardo Fiorenzano de Albuquerque
Diretor de Regulação Técnico-Operacional

ANEXO A

DEMONSTRATIVO DO REAJUSTE DA TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO

Mês/Ano	Número Índice (Dez 93 = 100)	Variação (%)	
		No mês	12 meses
nov/05	2526,31	-	-
dez/05	2535,40	0,36	5,69
jan/06	2550,36	0,59	5,70
fev/06	2560,82	0,41	5,51
mar/06	2571,83	0,43	5,32
abr/06	2577,23	0,21	4,63
mai/06	2579,81	0,10	4,23
jun/06	2574,39	-0,21	4,03
jul/06	2579,28	0,19	3,97
ago/06	2580,57	0,05	3,84
set/06	2585,99	0,21	3,70
out/06	2594,52	0,33	3,26
nov/06	2602,56	0,31	3,02
dez/06	2615,05	0,48	3,14
jan/07	2626,56	0,44	2,99
fev/07	2638,12	0,44	3,02
mar/07	2647,88	0,37	2,96
abr/07	2654,50	0,25	3,00
mai/07	2661,93	0,28	3,18
jun/07	2669,38	0,28	3,69
jul/07	2675,79	0,24	3,74
ago/07	2688,37	0,47	4,18
set/07	2693,21	0,18	4,15
out/07	2701,29	0,30	4,12
nov/07	2711,55	0,38	4,19
dez/07	2731,62	0,74	4,46
jan/08	2746,37	0,54	4,56
fev/08	2759,83	0,49	4,61
mar/08	2773,08	0,48	4,73
abr/08	2788,33	0,55	5,04
mai/08	2810,36	0,79	5,58
jun/08	2831,16	0,74	6,06
jul/08	2846,16	0,53	6,37
ago/08	2854,13	0,28	6,17
set/08	2861,55	0,26	6,25
out/08	2874,43	0,45	6,41
nov/08	2884,78	0,36	6,39
jan/12	3422,79	0,56	6,22

Mês/Ano	Número Índice (Dez 93 = 100)	Variação (%)	
		No mês	12 meses
dez/08	2892,86	0,28	5,90
jan/09	2906,74	0,48	5,84
fev/09	2922,73	0,55	5,90
mar/09	2928,57	0,20	5,61
abr/09	2942,63	0,48	5,53
mai/09	2956,46	0,47	5,20
jun/09	2967,10	0,36	4,80
jul/09	2974,22	0,24	4,50
ago/09	2978,68	0,15	4,36
set/09	2985,83	0,24	4,34
out/09	2994,19	0,28	4,17
nov/09	3006,47	0,41	4,22
dez/09	3017,59	0,37	4,31
jan/10	3040,22	0,75	4,59
fev/10	3063,93	0,78	4,83
mar/10	3079,86	0,52	5,17
abr/10	3097,42	0,57	5,26
mai/10	3110,74	0,43	5,22
jun/10	3110,74	0,00	4,84
jul/10	3111,05	0,01	4,60
ago/10	3112,29	0,04	4,49
set/10	3126,29	0,45	4,70
out/10	3149,74	0,75	5,20
nov/10	3175,88	0,83	5,63
dez/10	3195,89	0,63	5,91
jan/11	3222,42	0,83	5,99
fev/11	3248,20	0,80	6,01
mar/11	3273,86	0,79	6,30
abr/11	3299,07	0,77	6,51
mai/11	3314,58	0,47	6,55
jun/11	3319,55	0,15	6,71
jul/11	3324,86	0,16	6,87
ago/11	3337,16	0,37	7,23
set/11	3354,85	0,53	7,31
out/11	3369,28	0,43	6,97
nov/11	3386,80	0,52	6,64
dez/11	3403,73	0,50	6,50
mar/14	3898,38	0,92	6,15

Mês/Ano	Número Índice (Dez 93 = 100)	Variação (%)	
		No mês	12 meses
fev/12	3438,19	0,45	5,85
mar/12	3445,41	0,21	5,24
abr/12	3467,46	0,64	5,10
mai/12	3479,94	0,36	4,99
jun/12	3482,72	0,08	4,92
jul/12	3497,70	0,43	5,20
ago/12	3512,04	0,41	5,24
set/12	3532,06	0,57	5,28
out/12	3552,90	0,59	5,45
nov/12	3574,22	0,60	5,53
dez/12	3602,46	0,79	5,84
jan/13	3633,44	0,86	6,15
fev/13	3655,24	0,60	6,31
mar/13	3672,42	0,47	6,59
abr/13	3692,62	0,55	6,49
mai/13	3706,28	0,37	6,50
jun/13	3715,92	0,26	6,70
jul/13	3717,03	0,03	6,27
ago/13	3725,95	0,24	6,09
set/13	3738,99	0,35	5,86
out/13	3760,30	0,57	5,84
nov/13	3780,61	0,54	5,77
dez/13	3815,39	0,92	5,91
jan/14	3836,38	0,55	5,59
fev/14	3862,84	0,69	5,68
abr/14	3924,50	0,67	6,28
mai/14	3942,55	0,46	6,37
jun/14	3958,32	0,40	6,52
jul/14	3958,72	0,01	6,50
ago/14	3968,62	0,25	6,51
set/14	3991,24	0,57	6,75
out/14	4008,00	0,42	6,59
nov/14	4028,44	0,51	6,56
dez/14	4059,86	0,78	6,41

Mês/Ano	Número Índice (Dez 93 = 100)	Variação (%)	
		No mês	12 meses
jan/15	4110,20	1,24	7,14
fev/15	4160,34	1,22	7,70
mar/15	4215,26	1,32	8,13
abr/15	4245,19	0,71	8,17
mai/15	4276,60	0,74	8,47
jun/15	4310,39	0,79	8,89
jul/15	4337,11	0,62	9,56
ago/15	4346,65	0,22	9,53
set/15	4370,12	0,54	9,49
out/15	4405,95	0,82	9,93
nov/15	4450,45	1,01	10,48
dez/15	4493,17	0,96	10,67
jan/16	4550,23	1,27	10,71
fev/16	4591,18	0,90	10,36
mar/16	4610,92	0,43	9,39
abr/16	4639,05	0,61	9,28
mai/16	4675,23	0,78	9,32
jun/16	4691,59	0,35	8,84
jul/16	4715,99	0,52	8,74
ago/16	4736,74	0,44	8,97
set/16	4740,53	0,08	8,48
out/16	4752,86	0,26	7,87
nov/16	4761,42	0,18	6,99
dez/16	4775,70	0,30	6,29
jan/17	4793,85	0,38	5,35
fev/17	4809,67	0,33	4,76
mar/17	4821,69	0,25	4,57
abr/17	4828,44	0,14	4,08